

journal da tarde

A Constituinte

CONFUSÃO

O regimento e Fernando Henrique criticados por todos. Até pelo PMDB.

O substitutivo ao projeto de regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte sofreu um verdadeiro bombardeio na sessão da tarde de ontem, no Congresso. Falaram 35 deputados e apenas um aprovou o trabalho do relator, senador Fernando Henrique Cardoso, que foi duramente criticado até pelos parlamentares do PMDB. Ele foi chamado de "ditador" pelo deputado Cunha Bueno (PDS-SP).

Os deputados José Thomaz Nonô (PFL-AL) e José Costa (PMDB-AL) apresentaram requerimento à mesa, pedindo um prazo de cinco dias para que fossem feitas novas emendas ao substitutivo, com o presidente Ulysses Guimarães dizendo ao final da sessão que a proposta continua em estudos (veja na página seguinte).

O único deputado a defender o trabalho de Fernando Henrique Cardoso foi Paulo Maccarini (PMDB-SC), que entretanto lamentou que não será criada como sugeriu, uma comissão específica para tratar só de dívida externa e remessa de lucros ao exterior. Os outros 11 deputados do PMDB, que falaram, atacaram o substitutivo.

"Meu mandado e de todos os pequenos partidos está cassado com esse substitutivo", disse a deputada Lídice da Mata (PC do B-BA). "Não temos mais nada a fazer aqui, o melhor é ir para casa", comentou o deputado Siqueira Campos (PDC-GO). "Será que este regimento nasceu no sítio do general Golbery?", perguntou Juarez Antunes (PDT-RJ). O deputado Stélio Dias (PFL-ES) fez apelo para que Fernando Henrique retire o substitutivo, "que é tão confuso e irreal como um filme de ficção do cinema de Woody Allen".

Na sessão de ontem foi discutido apenas o substitutivo ao projeto de regimento interno e, apesar do domingo, 192 parlamentares estavam presentes às 15 horas, enquanto o quórum mínimo é de 94. Ainda insegura na tribuna, a deputada Moema Santiago (PDT-CE) errou e fez muitas críticas ao "regimento externo", em vez de dizer "interno".

As maiores queixas dos constituintes são contra a criação da Comissão de Sistematização, que terá força maior que as outras comissões. "Vai ser um super-poder dentro da Constituinte, que poderá ser manobrada por poucos, tornando-a antidemocrática", advertiu o deputado Vasco Alves (PMDB-ES). Ele disse que o substitutivo restabelece a comissão dos notáveis, cassa os direitos dos brasileiros e agride os compromissos do PMDB.

A Assembléia Nacional Constituinte inicia hoje sua quarta semana de trabalhos sem que tenha, até o momento, discutido efetivamente os preparativos para a elaboração da nova Constituição, devendo completar somente esta semana, às vésperas do Carnaval, a discussão e votação do Regimento Interno permanente, com as normas definitivas para o funcionamento da Assembléia, entre quarta e quinta-feira.

A permanecer no lento ritmo em que está pautando os trabalhos de elaboração das normas, primeiro das regras provisórias (uma semana) e do registro interno (três semanas, incluindo esta), a Assembléia Nacional Constituinte somente começará a exercer sua função de elaborar a nova Constituição duas semanas depois do Carnaval, entre 16 e 17 (segunda ou terça) de março.

A Mesa da Constituinte garante que até quinta-feira, no máximo, o Regimento Interno permanente estará aprovado com as regras para dar os primeiros passos para a Constituinte realmente funcionar, com a realização de sessões extraordinárias — iniciadas no sábado (uma sessão) e continuando no domingo (duas sessões) — pois o número de constituintes inscritos para discutir o parecer do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ao regimento, é muito grande, e todos terão direito a participar da discussão.

A possibilidade levantada ontem pelo deputado José Tommas Nonô (PFL-AL) de os constituintes novamente poderem voltar a apresentar emendas ao Regimento Interno, sem prejuízo da continuação das sessões extraordinárias e ordinárias de discussão do regimento, vai obrigar maior trabalho dos líderes partidários nas negociações de inovações ao texto apresentado na última sexta-feira pelo senador Fernando Henrique Cardoso.

A tomada de posição de Nonô, que refletiu um entendimento da bancada do PFL, tem sua razão de ser por conta das muitas inovações



No Congresso, muitas críticas ao regimento e pressão contra Ulysses.

"Regimento rolha"

Fernando Santana (PC B-BA) disse que com o substitutivo seis partidos não terão tempo de liderança, enquanto quatro não terão direito de fazer petições por falta de número suficiente de parlamentares: "Será o regimento rolha, que não tem precedentes nem nos tempos da ditadura". Para Jorge Leite (PMDB-RJ), Fernando Henrique Cardoso quer criar constituintes de primeira, segunda, terceira e até quarta classe".

O deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) lembrou que os regimentos das Constituintes de 1934 e 46 permitiam que por pedido de apenas um parlamentar o plenário podia decidir se faria sessões extraordinárias ou prorrogações, enquanto pelo atual substitutivo, isso só será possível com 94 assinaturas. Sua colega de partido, Lídice da Mata, afirmou que a Comissão de Sistematização poderá acabar até com a idéia de que um pedido com 30 mil assinaturas, possa ser examinada pela Constituinte, "pois ela terá o poder de veto".

Adroaldo Streck (PDT-RS) chamou o substitutivo de "título autoritário que nem o PMDB defende, então não deve ser coisa boa". Ele também reclamou do corte pela metade do tempo do chamado "pinga-fogo", "que é nosso único respiradouro". Airton Cordeiro (PDT-PR) apelou para o senador Fernando Henrique retirar o substitutivo, "para resgatar a imagem de seu passado político".

Para Victor Faccioni (PDS-RS) o regimento interno vai transformar a maioria dos constituintes em peça de deco-

Mas ainda há esperança de um novo entendimento

introduzidas no parecer-substitutivo do relator ao regimento — como a questão da soberania, possibilitando que os constituintes possam apresentar projeto de decisão, tanto para emendar a atual Constituição, utilizando-se do quórum de maioria absoluta, como apresentar projeto sobrestando medidas que possam ameaçar a soberania da Constituinte, como, por exemplo, a decretação de medidas ou do estado de emergência.

Traição

Segundo o texto de Fernando Henrique Cardoso, o projeto de decisão ficou mais do que complicada e não agradou nem aos pequenos partidos nem aos integrantes do grupo pró-soberania, que entenderam — como se expressou um deles, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) — que a intervenção pessoal do presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, "criou o samba do crioulo doido". É que Ulysses decidiu, por conta própria, acrescentar a disposição de que caberia à Comissão de Sistematização mandar ao arquivo o projeto de decisão que fosse por ela rejeitado.

"Pareceu uma traição nossa aos pequenos partidos", lastimou Maurílio Ferreira Lima. Há disposição, no entanto, de negociação, para permitir que no caso de rejeição pela Comissão de Sistematização, o projeto de resolução seja submetido à decisão soberana do plenário. "Não é possível que uma comissão de 96 membros possa decidir sobre um projeto requerido por um terço dos constituintes, 187 parlamentares", interpretou Maurílio Ferreira Lima. Os pequenos partidos querem, além do recurso a plenário, que seja diminuído o quórum para o projeto para bem menos de um terço.

A semana passada, gasta em negociações do líder do PMDB e relator das 949 emendas ao anteprojeto de Regimento Interno, Fernando Henrique Cardoso, demonstrou que os atendimentos não têm sido suficientes para "amarrar"

ção "neste palco de pantomima". Ele lamentou que sua emenda sugerindo a segunda-feira como dia de tribuna-livre não tenha sido aceita, "preferindo-se deixar o dia vago sem trabalho, o que é uma lástima". Nilson Gibson (PMDB-PE) tachou o substitutivo de "inconstitucional", enquanto Stélio Dias (PFL-ES) comparou o substitutivo com um "estelionato político, uma contravenção política".

Luiz Gushiken (PT-SP) disse que o Congresso "tem até o direito de fazer uma Constituição conservadora, mas não de cercar a liberdade dos constituintes". Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) pediu calma, "a pressa é inimiga da perfeição e podemos ficar mais algumas semanas para chegar a um regimento interno melhor". As votações e sessões secretas também foram muito criticadas. Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) perguntou, "se esperamos 21 anos pelo fim do arbítrio por que não podemos esperar mais uns dois ou três meses para fazer um regimento justo?".

Só quem não falou de regimento foi o deputado Hélio Costa (PMDB-MG), que recentemente foi ridicularizado por alguns jornais, que noticiaram o maior problema dele na Constituinte: as baratas de Brasilia, que invadiram seu apartamento. Ele pediu uma trégua à imprensa nas críticas aos constituintes, lamentando as "notas sarcásticas e inconseqüentes de alguns jornais".

Toda essa confusão durante as sessões, quebrou a tradição e a rotina dos parlamentares, que voltaram a movimentar o Congresso Nacional e o final de semana de muito sol em Brasília. Apesar do ar cansado e entediado e muitas olheiras, 380 parlamentares dos 559 constituintes — 73% deles — registraram presença na diretoria da Mesa.

Já a convocação dos funcionários de apoio do Congresso — segurança, taquígrafos, os que trabalham na Mesa, comissões, assessorias especiais, gabinetes das lideranças, Diretoria Geral, presidências e secretarias gerais de todos os partidos não agradou a maioria, embora alguns tenham feito a ressalva de que já sabiam o que os esperava com a Constituinte.

À noite, a Constituinte realizou outra sessão para continuar discutindo o substitutivo ao projeto de regimento interno e o acordo das lideranças partidárias em torno da ampliação do prazo para apresentação das emendas.

pontos polêmicos, como a soberania, que renderam muitos discursos e até a criação de grupos internos de pressão, como o grupo pró-soberania.

Com a divulgação do seu parecer-substitutivo, o senador Fernando Henrique Cardoso viu que não conseguiu agradar nem a gregos nem a troianos, pois as críticas partiram de todos os lados, inclusive do seu próprio partido. O PTB e o PDS foram duros nas críticas ao preâmbulo de Fernando Henrique Cardoso, considerando (Gastão Righi) que ele não havia descido ainda dos palanques da campanha eleitoral e que estava sendo partidário e parcial (Amaral Neto).

Discórdia

A fixação de um quórum considerado absurdo para decisões simples como pedido de destaque ou pedido de verificação de quórum para 10% (quando pela praxe se faz isso com o requerimento de apenas 20 deputados ou líder de bancada acima desse número) foi o pomo da discórdia dos pequenos partidos, que se sentiram profundamente atingidos na sua possibilidade de trabalhar no plenário.

Todas as alterações são possíveis, bem como — se houver acordo — até mesmo as sessões já convocadas (ao todo, sete) para a discussão, poderão ser suspensas para se ganhar tempo no encaminhamento de votação. Mas, com a proximidade do Carnaval, os trabalhos somente serão retomados no dia 10 de março (segunda-feira), com a eleição do restante da Mesa da Constituinte (dois vice-presidentes, três secretários e três suplentes de secretário). Somente depois dessa eleição é que se começará a deliberar sobre a escolha dos membros das oito comissões constitucionais temáticas (63 membros cada) e dos seus presidentes, vice-presidentes e relatores e da Comissão de Sistematização, a mais polêmica, com 96 membros. No dia 16 ou 17, se possível, as comissões começarão a trabalhar.

Antônio Arrais